

Venezuelanas/os em Boa Vista: práticas comunitárias, resistências e novas territorialidades na Ocupação Ka Ubanoko

Venezolanas/os en Boa Vista: prácticas comunitarias, resistencias y nuevas territorialidades en la Ocupación Ka Ubanoko

Mariana de Araújo Castro¹

RESUMO

Este artigo analisa a ocupação autogestionada por migrantes venezuelanas/os “criollas/os” e indígenas, em Boa Vista (RR). Chamada Ka Ubanoko, nosso objetivo é analisá-la como uma nova territorialidade produzida a partir da travessia do recente corredor migratório Venezuela-Brasil e da necessidade de enfrentar os métodos de controle que o Estado brasileiro impõe a esse crescente fluxo. A migração venezuelana chega ao Brasil como alternativa às múltiplas crises – social, econômica, política – em sua terra natal e se depara, ao chegar em solo brasileiro, com formas de controle documental e territorial (os abrigos da Operação Acolhida). O que marca a experiência de quem vive em Ka Ubanoko é, justamente, uma recusa em aceitar os espaços de confinamento que os abrigos representam. A partir da vivência com os migrantes “criollas/os”, analisamos essa nova territorialidade como uma estratégia de tornar a vida vivível nesse novo território, a qual chamamos de “Fazer-se Existente”.

Palavras-chave: Migração venezuelana. Brasil. Resistência. Venezuela. Ocupação.

RESUMEN

Este artículo analiza la ocupación autogestionada por migrantes criollas/os venezolanas/os e indígenas, en Boa Vista (RR), denominada Ka Ubanoko, como una nueva territorialidad producida por el cruce del reciente corredor migratorio Venezuela-Brasil y la necesidad de enfrentar los métodos de control que el Estado brasileño impone a este creciente flujo. La migración venezolana llega a Brasil como alternativa a las múltiples crisis – sociales, económicas, políticas – en su tierra natal y se enfrenta, al llegar a suelo brasileño, con formas de control documental y territorial (los refugios de la “Operação Acolhida”). Aquello que

1 Mestra em Políticas Públicas em Direitos Humanos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: marianacastroufrj@gmail.com.

marca la experiencia de quienes viven en Ka Ubanoko es, precisamente, una negativa a aceptar los espacios de confinamiento que representan los refugios. A partir de la experiencia con las/os migrantes “criollas/os”, analizamos esta nueva territorialidad como una estrategia para hacer la vida vivible en este nuevo territorio, al que llamamos “Fazer-se Existente”.

Palabras clave: Migración venezolana. Brasil. Resistencia. Venezuela. Ocupación.

INTRODUÇÃO

“Hay tantísimas fronteras que dividen a la gente, pero por cada frontera existe también un puente”

Gina Valdés

Historicamente, a Venezuela se configura como um espaço de intensa migração. Paez e Penalver (2017) mostram que no século XX o país testemunhou um forte fluxo de europeus que escapavam das dificuldades e da destruição da Segunda Guerra Mundial. Nas décadas de 1970-80, cidadãos de países vizinhos foram atraídos pelo crescimento econômico a partir do petróleo. E também fugindo dos brutais regimes ditatoriais. No século XXI, em decorrência de questões políticas, econômicas e sociais, esse quadro veio se modificando rapidamente. Paez e Penalver (2017) identificam três ondas emigratórias nesse período: 1) a primeira fase, que os autores chamam de “procurando novas oportunidades”, corresponde ao período de 2000 a 2012; 2) a segunda fase, denominada por Paez e Penalver de “crescente desesperança”, compreende o intervalo entre a morte de Hugo Chávez e o início de 2015, onde começa a terceira fase; 3) a fase mais recente é definida por eles como “migração do desespero” se estende até hoje. De acordo com a plataforma R4V, 5 milhões de venezuelanos/as estão fora de seu país².

Esse deslocamento em massa afetou principalmente a América Latina e o Caribe, desenhando novos corredores migratórios. O Brasil é um dos principais receptores, com 262 mil refugiados/as e migrantes, dentre os quais 46 mil tem seu status de refugiados reconhecido (R4V, 2020)³. Nomeada Operação Acolhida, a atuação brasileira em relação a esta migração venezuelana crescente é reconhecida internacionalmente e tem sido elogiada, garantindo pela primeira vez a eleição brasileira para a presidência do Conselho do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR)⁴.

2 Dados de outubro de 2020. Obtido em <https://r4v.info/es/situations/platform> (acesso em 12 de outubro de 2020).

3 Obtido em <https://r4v.info/es/situations/platform/location/7509> (acesso em 12 de outubro de 2020).

4 Obtido em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-10/brasil-e-eleito-para-presidencia-do-conselho-do-acnur> (acesso em 12 de outubro de 2020).

Nossa pesquisa de campo mostra que a situação é mais complexa. A investigação dividiu-se em dois momentos: primeiro, em junho de 2019, visitamos as instalações da Operação Acolhida na fronteira entre Brasil e Venezuela e alguns abrigos na cidade de Boa Vista; o segundo, em janeiro de 2020, experimentamos durante um mês a vida na Ocupação Ka Ubanoko no bairro periférico do Jóquei Clube na capital roraimense.

Esta experiência de pesquisa expõe os dissensos entre a política brasileira e a feitura de uma vida em comum no terreno da Ocupação. Nosso objetivo neste artigo é, justamente, contrapor essas duas dimensões. Por um lado, entendemos a Operação Acolhida como dispositivos necropolíticos de controle, regulação e confinamento que o Estado brasileiro adota como resposta a migração venezuelana; por outro, Ka Ubanoko mostra-se uma alternativa forjada pelas/os próprias/os migrantes *criollas/os* e indígenas como uma estratégia de tornar a vida vivível em território brasileiro, criando novas territorialidades e formas de resistência.

Para isso, este texto se organiza em torno de três questões fundamentais: 1) a experiência migratória a partir do olhar dos ocupantes de Ka Ubanoko; 2) o entendimento dos abrigos da Operação Acolhida como uma estratégia de controle de corpos e movimentos; e 3) o cotidiano da ocupação Ka Ubanoko e a construção de uma nova territorialidade e possibilidade de luta.

Ao longo de todo o artigo optamos por priorizar as narrativas migrantes em detrimento de debates teóricos mais aprofundados. Entendemos que é fundamental reconhecer a importância dos protagonistas do processo migratório sobre suas experiências e vivências. Cada vez mais crescem investigações sobre as múltiplas crises na Venezuela e suas consequências e sabemos que o debate teórico é importante por nos ajudar a ler criticamente o mundo que nos cerca. Porém, os fluxos migratórios são feitos de corpos, carne, osso, inquietudes, desejos e alegrias, o que justifica nossa opção por dar mais valor e visibilidade, na primeira seção, às experiências das/os venezuelanas/os na travessia desse novo corredor migratório.

Já nas seções dois e três tecemos discussões teóricas em diálogo com o acúmulo de cada momento do trabalho de campo. Na segunda seção, analisamos a Operação Acolhida como uma necropolítica da fronteira (Castro, 2020), a partir do conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2019). Em diálogo com Eduardo Domenech (2013) e Michel Agier (2006) foi possível identificar os dispositivos necropolíticos de tal operação, sobretudo dentro de um contexto global de securitização das migrações. Trata-se de gerir, controlar, regular os fluxos migratórios e corpos migrantes, produzindo permanentemente novas fronteiras e novas formas de controle.

Na terceira seção, seguindo o pensamento de Silvia Federici (2018) e Rita Segato (2012), propomos uma análise da forma-ocupação como uma estratégia de tornar a vida vivível em território brasileiro que, em alguma medida, subverte a lógica da necropolítica da fronteira. O que permite enxergar Ka Ubanoko como

uma linha de fuga, de acordo com as autoras, é a construção cotidiana de uma comunidade, a margem da sociedade boa-vistense, com interesses em comum que constroem um sujeito coletivo. Nomeamos esse movimento como “fazer-se existente”, cujo sentido começou como uma alternativa de moradia, mas acabou produzindo uma possibilidade de imaginar e elaborar outros modos de vida possíveis, sempre negociada com a presença estatal, com as instituições, com o trabalho e outras dinâmicas da vida moderna.

Antes de desenvolver as três seções que compõem o corpo do texto, segue uma breve seção metodológica que justifica nossa escolha pelo trabalho de campo a partir das contribuições de Veena Das e Deborah Poole (2008) e Lila Abu-Lughod (1996).

METODOLOGIA DE CAMPO: PRODUZIR UMA ETNOGRAFIA DO PARTICULAR

Veena Das e Debora Poole (2008), em “El Estado y sus márgenes”, está interessada em analisar como as práticas e políticas da vida às margens moldam as ações institucionais, regulatórias e disciplinares que constituem, de alguma forma, o que chamamos de “Estado”. Margem, para elas, significa um vasto emaranho de saberes coletivos, dentre os quais o que mais nos importa é a dimensão de movimento, de margem como uma relação que não é estática. Assim, com Das e Poole, margem não pode ser enquadrada como exceção nem pode ser confinada como um fenômeno restrito a grupos específicos ou períodos de tempo particulares. Tampouco pode ser tomada como uma condição que é, em alguma medida, contraposta às formas “normais” do poder estatal. As margens se fazem no complexo agir das experiências concretas das pessoas:

“Una Antropología de los márgenes ofrece una perspectiva excepcional para comprender el estado, no porque capte sus prácticas exóticas, sino porque insinúa que los márgenes son implicaciones necesarias del estado, de la misma forma que la excepción es un componente de la regla” (Das e Poole, 2008, p. 4).

A investigação etnográfica concentra-se então na vida cotidiana porque é justamente nesses processos que as margens do Estado são reconfiguradas. Isso significa que as margens não são um espaço periférico sem importância, mas sim relações onde a criatividade se faz visível, produzindo formas alternativas de ação política e econômica (Das e Poole, 2008, p. 22). Muitas vezes fabricadas pela necessidade de sobrevivência.

Foi seguindo este pensamento que optamos por duas estratégias metodológicas principais: observação participante e entrevistas em profundidade. Por isso, o que está escrito nessas páginas foi tecido a partir de uma série de noções, apontamentos, questões que foram se apresentando “com” e “da” convivência com um certo grupo de pessoas, sobretudo com as mulheres criollas, dentro dessa ocupação.

Durante o trabalho de campo, participamos ativamente do cotidiano da ocupação, acompanhando assembleias, festas, reuniões com organizações da sociedade civil, atividades organizadas pelos ocupantes junto a Igreja da Nossa Senhora da Consolata na paróquia do bairro, entre outros. De acordo com Lila Abu-Lughod (1996), produzimos uma “etnografia do particular”. Sabemos que um trabalho de curto prazo não pode ser considerado uma etnografia, mas optamos em utilizar esse conceito pensando em seu sentido mais profundo. Isto é, trata-se de localizarmos nosso olhar em indivíduos vivendo suas vidas particulares, inscritos em seus corpos e palavras (Abu-Lughod, 1996).

Esse esforço de produzir etnografias do particular se baseia no compromisso de não generalizar as experiências, no nosso caso, de venezuelanas/os como uma massa homogênea. Assumimos aqui a existência de “venezuelanidades múltiplas”.

Além das conversas cotidianas, utilizamos entrevistas em profundidade – 11 no total – com mulheres e homens “criollas/os”⁵ da ocupação Ka Ubanoko. Optamos ainda por não utilizar os verdadeiros nomes dos entrevistados, substituindo-os por nomes fictícios.

TRAVESSIAS: A EXPERIÊNCIA DOS OCUPANTES DE KA UBANOKO

Em uma conversa, quando pedi que Alba, uma das primeiras ocupantes do terreno, me contasse como veio para o Brasil, ela me respondeu que “não é uma história boa, foi muito triste, não sei se quero contar”. Obviamente, eu não insisti. Conforme nossos laços foram se fortalecendo, Alba e Rafael se sentiram confortáveis em relatar sua chegada – eles são primos e vieram juntos de El Tigre. Quando terminei de escutar, entendi o receio de Alba. Os relatos de campo carregam muitas angústias e neste sentido a história deles não é diferente de muitas outras que escutei. Entretanto, esta foi a que mais me interpelou.

A rota utilizada por Alba e Rafael também foi usada por vários outros ocupantes de Ka Ubanoko. A grande maioria deles veio da parte Oriental da Venezuela – Anzoátegui, Monagas, Sucre, Bolívar – de ônibus, de carona e até mesmo caminhando. Trata-se de um novo corredor migratório, no qual 500 a 700 migrantes atravessam a fronteira cotidianamente⁶. É uma história grande que

5 A Ocupação Ka Ubanoko é composta por comunidades “criollas” e indígenas, entretanto, o trabalho de campo foi construído sobretudo a partir da convivência com os “criollos”. Em diversos momentos convivemos com os indígenas, produzindo laços e conversas, mas, por questões metodológicas, tivemos que focar em apenas um dos grupos. Utilizamos aqui o termo “criollo” para diferencia-los dos povos indígenas porque 1) eles mesmos o fazem, trazendo à tona questões históricas que não vão ser abordadas nesse artigo; 2) porque o próprio Estado brasileiro e as organizações da sociedade civil também utilizam esses termos (“criollos”/ indígenas) quando se referem aos grupos da ocupação.

6 Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2020/07/12/como-e-o-atendimento->

vale ser contada. Nós estávamos sentados no terreno. Era sexta de manhã, fazia sol e muito calor. Alba começou contando:

“Nós viemos pela crise na Venezuela, estava muito difícil conseguir trabalho e decidimos “nós vamos”, o que foi bem difícil porque nós não tínhamos dinheiro. Nós viemos em quatro, viemos eu, Rafael, uma prima e meu irmão. Saímos um dia a uma da tarde em *cola*... carona, sabe? Pois é, nós viemos assim desde Tigre. Nós sempre estávamos dizendo que íamos embora, mas nunca conseguíamos juntar o dinheiro necessário. Chegou um momento que nos disseram “tem gente que tá indo de carona”, então pensamos “vamos também! Se eles podem, nós também podemos”. Foi algo assim... como...nós levantamos hoje e dissemos hoje nós vamos” (Alba, 38 anos, chegada em 2018).

“Sim, a gente combinava “vamos tal dia”, chegava naquele dia e a gente não tinha o dinheiro, ninguém tinha arrumado nada. E no dia nós conversamos “hoje nós vamos!” E já fomos arrumando as bolsas, ajeitando as coisas... recolhendo tudo, tomando banho, vendo se não faltava nada que a gente precisava levar” (Rafael, 23 anos, chegada em 2018).

A primeira carona que conseguiram foi em um caminhão grande até a cidade de Bolívar. Depois foram de ônibus até Puerto Ordaz. Todo esse trajeto até o momento da primeira parada para dormir foi de cerca de 250 km. Quando chegaram na cidade de Guayana, onde fica Puerto Ordaz, estava de noite. Diante de tantas incertezas, pensaram em voltar. Alba, contudo, manteve o foco: “já saímos de casa, não vamos voltar para trás. A ideia era se sairmos, nós vamos seguir em frente e chegar lá. Regressar não”.

O grupo não tinha onde passar a noite, então, a estratégia elaborada entre eles foi ficar perto dos pedágios onde havia policiais. “Ali ninguém ia nos roubar, ninguém ia fazer mal pra gente”, ela disse. Às 5 da manhã já estavam na estrada novamente. Rafael nos conta que “conseguir uma carona para nós 4 estava muito difícil, tinham muitas pessoas tentando pegar carona também e eles conseguiam rápido. Sabe por quê? Porque eram poucos. Aí que resolvemos nos separar, dois e dois”. O combinado era que se encontrassem em El Dorado.

R: “Nós saímos por último, os outros dois conseguiram pegar carona primeiro. Nós saímos por último e chegamos primeiro em El Dorado. Nós chegamos umas 16 e eles umas 19. Nós ficamos muito preocupados.”

A: “Eu tava muito nervosa! Eles não chegavam...”

R: “Estávamos preocupados porque não sabíamos se tinha acontecido alguma coisa. A gente escuta histórias né, de gente que

[a-migracao-venezuelana-durante-a-pandemia](#)> Acesso em 13 Out de 2020.

pega carona e some. Nós combinamos que íamos ficar os quatro juntos então em cada pedágio nós tínhamos que nos encontrar. Nós pegávamos uma carona e tínhamos que descer no pedágio, quando todos estavam juntos, a gente tentava conseguir outra e depois fazer a mesma coisa... descer no próximo pedágio e ficar todos juntos de novo.”

Alba conhecia uma pessoa em El Dorado que ficou responsável de busca-los e abriga-los naquela noite. Contudo, quando chegaram, não tinham como avisar porque o celular velho que eles levaram havia descarregado. Por sorte, Rafael encontrou um conhecido pelo caminho. Quando foi interpelado por ele do motivo que o levava até ali, Rafael respondeu “Venezuela está para trás, ficou para trás, eu vou para o Brasil!”. Com a ajuda desse amigo, eles conseguiram encontrar a senhora conhecida de Alba.

A: “Dormimos do lado de fora, não é verdade, Rafael? Dois em uma rede, dois em outra. Morrendo de medo porque lá tem muita Malária. Porque se nos desse isso, a gente não ia conseguir entrar aqui. Então queríamos que amanhecesse logo para gente sair de uma vez dali.”

R: “Saímos cedinho.”

A: “As 5 da manhã nós seguimos.”

Quando deixaram a Venezuela, Esperanza, que hoje é uma das principais lideranças da ocupação e é mãe de Alba, preparou vinte panquecas com manteiga e queijo para que comessem no caminho. Foi até aí que elas duraram. Saindo de El Dorado de carona, eles conseguiram chegar até Santa Elena de Uiarén – cidade que faz fronteira com o Brasil.

A: “Saímos dia 16 de fevereiro da Venezuela e chegamos em Boa Vista 21 de fevereiro de 2018. Caminhamos muito. Uma vez que chegamos na fronteira em Santa Elena, nosso dinheiro não deu para passar. E chegamos lá de noite, então nem dava para conseguir carona. Ficamos na casa de um senhor com sua mãe.”

R: “Fazia muito frio!”

A: “Nossa fazia muito frio! Demais demais... nos levantamos antes das 5 da manhã, fomos para a parte onde davam comida, nos deram um pão com café com leite. Aí nós viemos, ainda estava escuro. Estávamos pensando que para passar pela fronteira seria difícil porque estávamos sem papéis, não iam nos deixar passar. Não podíamos esperar que amanhecesse porque se esperássemos, não passávamos. Então decidimos entre todos “é agora ou nunca”. Andamos um pedaço com tudo escuro.”

R: “Nesse dia nós andamos 100 km.”

A: “Passamos caminhando com calma, em silêncio porque os militares

estavam tudo dormindo. Quando passamos demos graças a Deus. Aí caminhando, caminhando, amanheceu e seguimos caminhando até chegar um momento onde nos disseram que se seguíssemos caminhando íamos encontrar com índios carnívoros, que atiravam flechas, que iam nos matar e comer nossa carne. Um brasileiro que estava pelo caminho que falou. E eu disse que a gente precisava voltar, eu não ia passar andando mais. Claro que não podíamos voltar tão atrás, era só até onde pudéssemos pegar uma carona. Mas não conseguimos. No dia seguinte, a gente descobriu que era tudo mentira e voltamos a caminhar. E caminhar... e caminha... não é verdade, Rafael?”

No meio do caminho, o grupo encontrou duas jornalistas brasileiras que estavam entrevistando venezuelanos na mesma situação que eles. Elas os entrevistaram, tiraram fotos e conseguiram uma carona para todos na parte de trás de uma caminhonete – contando com elas, eram seis pessoas. Segundo os relatos, eles foram deixados num restaurante no meio da estrada entre Pacaraima e Boa Vista. Ali eles se separam delas. Alba conta que:

“Deixaram a gente num lugar onde vendia comida. Nós tínhamos uns... Acho que uns 75 centavos, não dava para nada. Um brasileiro nos viu perguntando pelos preços e perguntou se queríamos pão e refrigerante, eu disse que sim. Ele nos deu de presente dois pães e um refrigerante de dois litros, graças a Deus. Nós atravessamos a rua e comemos tudo, eram uns pães assim ó (fez um gesto com a mão indicando o tamanho do seu braço quase todo), nós cortamos no meio e comemos tudo. Uma metade para cada um e seguimos caminhando. E aí chegamos num povoadozinho que está no KM100. Houve momentos que nós nos deitávamos na rua para descansar. Ele (apontando para o Rafael) com umas bolsas grandes caminhando descalço. Olha, não foi fácil, foi bem difícil. Aí chegamos nesse KM100, era como um povoado indígena. Na parte em que chegamos era como um restaurante e uma parada de ônibus. Chegavam muitos ônibus, carros. Ali nós ficamos, havia dois bancos largos de madeira. Quando chegamos nos deram dois pratos de comida para nós quatro.” (Alba, 38 anos, chegada em 2018).

Rafael prosseguiu:

“Nós perguntamos para eles se podíamos ficar ali um pouco para descansar. Eles disseram que sim, nos deram água e comida. Nós juntamos os dois bancos e dormimos os quatro. Quando amanheceu estávamos com o corpo todo dolorido. Na noite a gente tinha combinado de acordar às 4 da manhã e seguir caminhando, mas não deu. A gente não conseguia levantar de tanta dor. As pessoas que iam parando ali e falavam com a gente, perguntavam se nós éramos imigrantes e quando dizíamos que sim, eles davam coisas pra gente.

As pessoas iam comprando coisas para elas e deixando coisas para a gente. Refresco, comida. Assim até chegar um senhor brasileiro em uma caminhonete e falar com o dono desse restaurante, que era brasileiro, mas sabia falar espanhol, e conseguiu essa carona para gente. Nós pensávamos “nós vamos ou não vamos?”. Inclusive eu queria ficar, eu não queria ir... e aí elas diziam ‘vamos, vamos, se saímos de lá foi para chegar à Boa Vista, não para ficar no meio do caminho’” (Rafael, 23 anos, chegada em 2018).

Nesse momento, eu os perguntei se a hesitação em seguir viagem era por medo, eles me explicaram que:

A: “Não! Quer dizer, também! Mas uma senhora nos ofereceu trabalho e ela ia dar trabalho para os quatro juntos, para que os quatro permanecessem juntos.”

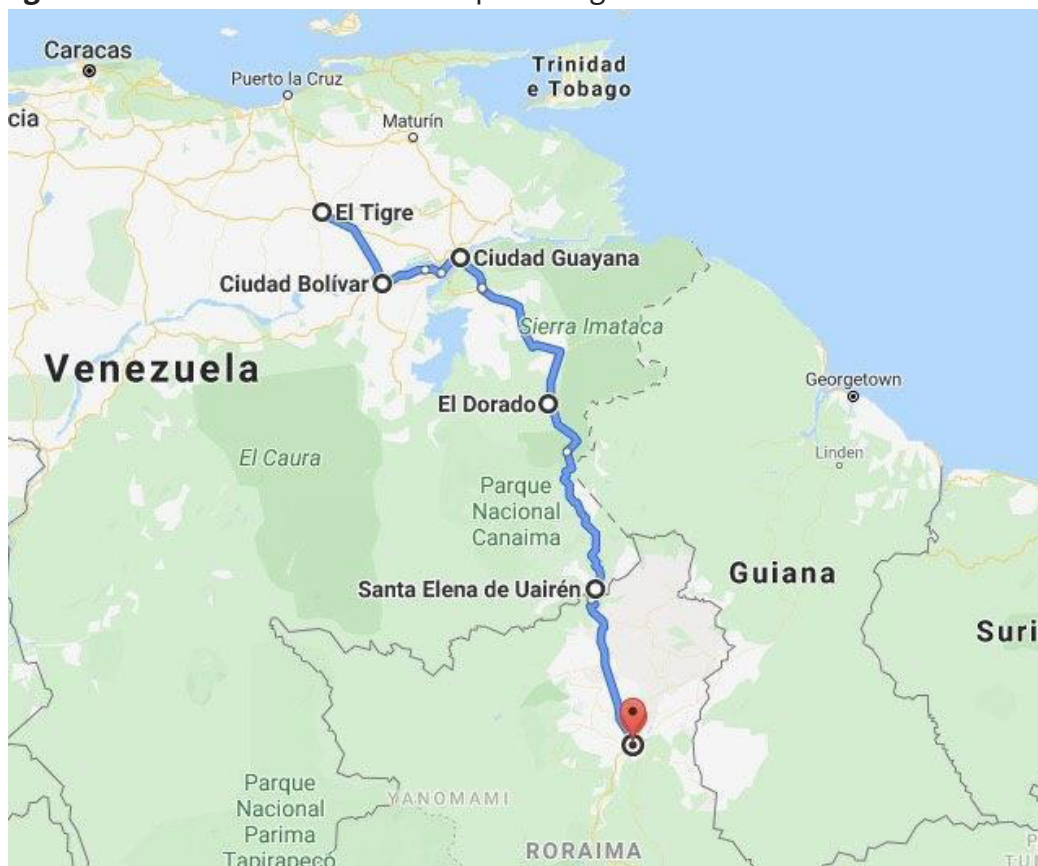
R: “Mas essa senhora só ia voltar para buscar a gente no outro dia e nós fomos embora naquele dia mesmo.”

Pesquisadora: “E era para trabalhar com o que?”

A: “Numa fazenda!”

R: “Elas iam ficar na cozinha e a gente ia trabalhar na terra. Ela disse que já tinha outros venezuelanos trabalhando com ela, estava acostumada. Nesse momento, eu fiquei muito dividido, eu não queria vir para cá. Mas nós pegamos a carona e chegamos até a praça do garimpeiro.”

Figura 1 - Percurso de Alba e Rafael para chegar em Boa Vista



Fonte: Google Maps. Elaboração Própria.

De El Tigre até Boa Vista, eles percorreram em torno de 1.077 km. O relato de Alba e Rafael nos interessa aqui em dois aspectos: primeiro, a “força” para lidar com as muitas adversidades encontradas pelo caminho – os perigos da estrada, as incertezas, a fome, a falta de lugar para passar a noite, entre outros – era movida pela fé. Quando falamos em fé não é só no sentido espiritual, mas também uma crença de que passar por esses obstáculos vai valer a pena porque, no final, vão encontrar o trabalho que já não conseguem na sua terra natal. El Tigre é uma cidade petroleira que, em outros tempos, atraía trabalhadores pelo sucesso econômico, mas agora é deixada às traças pelo fechamento das petroleiras. O segundo aspecto é essa noção de estar indo em direção ao progresso, ao desenvolvimento que as expressões como “Venezuela está para atrás” ou “regressar não” ou “agora é só para a frente” carregam. Uma atração fabricada pela fantasia de abundância de trabalho, de dinheiro, de possibilidades de dar uma vida melhor para os filhos e para si mesmo que eles parecem enxergar no Brasil.

Além disso, este trajeto também abarca uma migração pendular. Nos relatos de campo fica nítida uma dinâmica de retorno temporário a terra natal para resolver questões burocráticas, levar itens de necessidade, visitar familiares ou trazê-los consigo.

Marisol é mãe de três filhos, veio de Monagas. Na ocupação, ela é a líder do Comitê de Educação. Quando ela migrou para o Brasil, estava sozinha. Boa parte do caminho ela veio de carona. Deixou os filhos com a sogra na Venezuela para que pudesse buscá-los depois. Seu marido já estava em Boa Vista quando ela decidiu vir:

“Não trouxe meus filhos porque não tinha dinheiro de passagem. Eu vim de carona e não queria que meus filhos passassem por isso. Não queria que eles passassem por um monte de coisa ruim, sem saber se a gente ia dormir nas ruas, o que podia acontecer com a gente no meio do caminho. E quando cheguei, pensei que devia ter trazido, achei que foi muito rápido. Eu saí no dia 10, dia 11 eu já estava no Brasil” (Marisol, 32 anos, chegada em 2018).

Os relatos de Alba e Rafael e também de Marisol apontam a falta de dinheiro como um problema recorrente durante a travessia. Este persiste mesmo com a chegada ao Brasil, sobretudo por conta da dificuldade de encontrar um trabalho estável e até mesmo diárias que paguem um valor justo pelo trabalho. Por isso, retornar a Monagas para buscar os filhos foi um desafio para Marisol:

“Peguei um ônibus de BV a Pacaraima, depois um carro de Pacaraima à Santa Elena. De Santa Elena outro até Monagas. Para isso minha família me ajudou bastante com o dinheiro, meu esposo vendeu uma bicicleta, nós vendemos muitas coisas. Na volta, eu só consegui chegar até Santa Elena, foi até onde o dinheiro deu. Eu deixei meu celular lá com meus filhos na Venezuela, aí a nossa passagem de Santa Elena para Pacaraima eu paguei com ele, com o celular. Enquanto isso meu esposo estava pedindo dinheiro emprestado para conseguir o valor da passagem até aqui. Ficamos esperando três horas. Aí voltei a chamar meu esposo e ele me disse `vem que eu já consegui o dinheiro!’” (Marisol, 32 anos, chegada em 2018).

Oriana é uma mulher negra de 35 anos, mãe de três filhos e uma das líderes dentro do curso de mulheres empreendedoras organizado pela ONU Mulheres. Ela veio com os filhos para encontrar o marido numa fazenda no interior de Roraima. Uma parte de sua família, entretanto, ficou à sua espera em Maturín. Ela diz que:

“Eu ficava muito preocupada com elas. Todo dia eu ligava e perguntava o que tinham comido, se alguém estava doente. Minha avó caiu e machucou a mão. Aí a preocupação aumentou porque não tinha medicamento, não tinha ninguém para ajudar elas. Ano passado eu fui pra Venezuela, resolver umas coisas na minha casa, tem uma moça lá que está cuidando da casa, aproveitei para trazer minha mãe e minha avó para cá” (Oriana, 35 anos, chegada em 2018).

Luna é a líder geral “criolla” de Ka Ubanoko, tem 32 anos. Saiu da Venezuela com a barriga bem grande, grávida do segundo filho. Veio com uma parte da família tentar uma vida melhor no Brasil. Em suas palavras:

“Já no ônibus tivemos várias dificuldades, havia uma tranca na via, tivemos que ficar duas noites em uma casa. Depois o carro sofreu um acidente às 3 da manhã, ficamos até as 7 da manhã esperando chegar um outro ônibus. Quando chegamos em Pacaraima ficamos duas noites por lá porque não tínhamos dinheiro para pagar a passagem até aqui. Nós trouxemos algumas mercadorias tipo cigarro, creme de pentear. Nós vendemos por aí pela rua para fazer dinheiro para chegar aqui. Depois que chegamos aqui dormimos uma noite no terminal daqui que se chama Pacaraima também” (Luna, 32 anos, chegada em 2018).

Relatos como os de Alba, Rafael, Marisol, Oriana e Luna se sucedem no campo. O novo corredor migratório ganha vida nessas histórias. Seu caráter pendular mantém o trajeto vivo, posto que é refeito várias vezes pelas mulheres e homens que buscam no Brasil uma vida melhor. Quando chegam aqui, os migrantes se deparam com outras questões igualmente difíceis – se fixar, prover uma família, conseguir um trabalho, entre outros. Uma das possibilidades é recorrer aos abrigos e instalações da Operação Acolhida. Entretanto, este caminho é fortemente rechaçado por quem vive em Ka Ubanoko.

NOVAS FRONTEIRAS, NOVAS FORMAS DE CONTROLE: OS ABRIGOS DA OPERAÇÃO ACOLHIDA COMO PRISÃO-EM-MOVIMENTO

Eduardo Domenech (2013) nos atenta ao fato das políticas migratórias na América Latina se configurarem como uma política de controle “com rosto humano”. Isto significa dizer que o discurso dos direitos humanos é forjado para obter a legitimidade necessária para que a política migratória de um determinado país (no caso em que ele estuda, a Argentina) seja aprovada. Entretanto, o controle sobre os deslocamentos continua sendo restritivo ou coercitivo, a despeito da retórica de direitos presente na legislação. Nessa construção, o gerenciamento da migração não aponta diretamente para a uma postura securitária, mas esta se encontra sobreposta ao léxico dos direitos humanos no atual momento histórico. As políticas restritivas com rosto humano compõem o paradigma atual de controle da mobilidade (Domenech, 2013). A imagem do controle com “rosto humano” elaborada pelo autor nos ajuda a pensar e analisar as transformações atuais na política de migração internacional fora da dicotomia direitos humanos *versus* segurança. Sendo assim, certos grupos adquirem legitimidade de atravessar as fronteiras, enquanto outros só podem o fazer de forma precária.

Acreditamos que esse seja o caso da migração venezuelana no Brasil. Isso porque o governo brasileiro tem adotado uma retórica de acolhimento diante dos migrantes venezuelanos/as, sobretudo com a construção de uma “resposta humanitária” e o reconhecimento do *status* de refugiado a um número significativo de pessoas. Todavia, em nossa pesquisa de campo em Roraima, foi possível acompanhar de perto as problemáticas de uma acolhida militarizada e da aplicação dessa política de controle com “rosto humano”. Em linhas gerais, podemos citar: o fechamento das fronteiras (em agosto de 2018, mas também agora durante a pandemia do novo coronavírus); a tentativa de limitar o acesso migrante à serviços públicos tais como saúde e assistência social durante o governo de Suely Campos; as recorrentes falas de lideranças políticas que relacionam os problemas da cidade a presença migrante; as variadas formas de violências xenófobas as quais os migrantes são submetidos; entre outros⁷.

Nesse sentido, o principal dispositivo necropolítico adotado pela Operação Acolhida são os abrigos. Ao adentrar o território brasileiro, os/as migrantes venezuelanos/os estão reiteradamente sujeitados nesses espaços de confinamento ao que Mbembe chama de a condição de morte-em-vida (Mbembe, 2019, p. 29).

A partir dessa noção, operamos com o conceito de prisão-em-movimento para sistematizar essas relações no campo específico da mobilidade. Trata-se justamente do processo político de crescente controle da mobilidade dentro e fora de um Estado. Tal dinâmica reproduz e intensifica a subjugação da vida de comunidades estigmatizadas e marcadas racialmente ao poder da morte em sentido amplo, isto é, reforça a “necropolítica da fronteira” (Castro, 2020, p. 5). Nesse movimento de tendência global, multiplicam-se os cercamentos: fronteiras, prisões ou abrigos que mais se parecem com campos de confinamento. Ser imigrante e refugiado/a simboliza ser designado/a aos muitos espaços de controle que a modernidade fabricou.

Os abrigos da Operação Acolhida materializam o que chamamos de necropolítica da fronteira, outra categoria que desenvolvemos em diálogo com filósofo camaronês. Os e as migrantes venezuelanos/as permanecem confinados e apartados do cotidiano da cidade. A organização do espaço é construída sem que os principais afetados sejam consultados e sem respeitar os seus modos de vida tradicionais. Trata-se da produção de uma vida em suspeição, onde o corpo vira a nova fronteira. Em Pacaraima, na visita ao abrigo indígena Janokoida, por exemplo, os colaboradores da Fraternidade Luz que administra o local, tentavam impedir que nós conversássemos com os migrantes. Tal atitude evidencia a tutela excessiva e as tecnologias de regulação que os/as venezuelanos/as são submetidos/as.

Michel Agier (2006) aponta que essas populações ao serem detidas em campos de refugiados ou em abrigo nas fronteiras, que mais se parecem com aparelhos

7 Para mais informações ver Castro (2020): “Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana” na Revista Mural Internacional.

policiais e sanitários, são “mantidas num mínimo de vida”, isto é, recebendo basicamente o necessário para sobreviver (Agier, 2006, p. 198). Neste espaço, a vontade dos governos “acolhedores” de não os/as deixar dispersos/as pelas cidades, em alguma medida, se faz exercida pela atuação das ONGs. Os campos, sob esse ponto de vista, configuram “uma das múltiplas ramificações da ‘sociedade de controle’” (Agier, 2006, p. 199). Esses locais de confinamento, de acordo o autor, são sempre afastados dos espaços comuns, ficam às margens, em sentido físico e subjetivo, da vida. Classificam-se, assim, como um “espaço de exceção” (Agier, 2006, p. 199).

Os ocupantes de Ka Ubanoko enxergam os abrigos da Operação Acolhida desta forma, como fica explícito em várias narrativas no campo:

“Eu vivi no Rondon 1 por um mês. Era horrível porque parecia uma prisão. A barraca também era muito quente. Eu botava o colchão do lado de fora e dormia a luz da lua. Eu e meus dois filhos. O menor, na época, era pequenininho e eu não tinha como cozinhar para ele. Todos os dias em que eu estive lá, eu saía de manhã para procurar o pai de Juan e voltava só no fim da tarde. Eu não quero isso para mim” (Luna, 32 anos, chegada em 2018).

“Nunca pisamos em um abrigo, graças a deus. Eu, pelo menos, não queria ir para um abrigo de jeito nenhum. As pessoas diziam que lá tinha gente que mandava, que tinha que pagar coisas para algumas pessoas. Eu não ia viver assim. Até agora nunca vivi num abrigo. Nunca nem pisei em um” (Alba, 38 anos, chegada em 2018).

“Eu fiquei na rodoviária. Estava dormindo ali, no chão. Horrível. Tinha que esperar o governo dar as marmitas para poder comer. Tomava um banho num rio perto dali, que era também onde as pessoas podiam lavar suas roupas. Era muito perigoso porque se escutava que se passavam coisas ali. Para tomar banho no abrigo, eu busquei maneiras de fazer amizade com as pessoas de lá, conseguindo um pouquinho de proteção. Eu conversava com eles e eles me davam uns golinhos de água e me deixavam tomar banho onde eles tomavam. Eu me banhava muito rápido porque isso não era permitido. Eu pedia ‘ai por favor!’ E tomava banho muito rápido” (Marisol, 32 anos, chegada em 2018).

“Começamos a tentar uma vaga nos abrigos, mas eu não queria ficar lá de jeito nenhum. Já tínhamos escutado tantas coisas ruins de lá. Como prostituição, pessoas de má conduta consumindo drogas. Eu só pensava nos meus filhos porque eles são curiosos. Como eu ia sair para trabalhar e fazer uma diária, eu e meu esposo, e deixar as crianças nesse ambiente? Eu ia ficar doida. Não, não podia” (Oriana, 38 anos, chegada em 2018).

“Dormir numa barraca aqui é muito melhor do que numa barraca no

abrigo. A vida lá não é boa, faz muito calor, não te deixam colocar um ventilador, não te deixam colocar nada. Lá eles que dão tudo. Tem que manter uma disciplina, tem hora para entrar, tem hora para sair, tem hora para tudo. É tudo fechado. Pelo menos aqui nós temos mais liberdade. Lá nos dão almoço, café da manhã, jantar, mas essa não é a ideia já que nós viemos com o propósito de trabalhar, seguir em frente e ajudar nossa família” (Josy, 52 anos, chegada em 2018).

Aqueles e aquelas que buscam escapar da necropolítica da fronteira, precisam produzir por si próprios outras alternativas. Este é o caso da Ocupação Ka Ubanoko, onde apesar dos sistemas de controle “de rosto humano” que o Estado brasileiro emprega, ainda se pode criar novas formas de vida coletiva. Diferentemente do abrigo onde as pessoas mantêm sua vida em suspenso, em Ka Ubanoko eles e elas tecem sua própria história, com todos os desafios e contradições que um processo como esse carrega.

“FAZER-SE EXISTENTE”: A OCUPAÇÃO KA UBANOKO COMO NOVA TERRITORIALIDADE E FORMA DE RESISTÊNCIA

Falar da ocupação é falar da história das pessoas. Eu soube do acampamento em junho de 2019, na primeira vez que eu fui a Boa Vista. A professora Márcia Oliveira, do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima, a quem agradeço muito, me indicou a ocupação como uma possibilidade de fazer o trabalho de campo. Na época, eu lembro, havia uma mística sobre o surgimento de Ka Ubanoko. Acreditava-se que alguém tivesse mostrado o espaço para eles ou os colocados lá. Parecia difícil demais imaginar que eles mesmos teriam descoberto o espaço público abandonado, se organizado entre criollos e indígenas e liderados por mulheres.

Na primeira conversa, Esperanza, sem saber, tratou de desfazer todo o misticismo. A ocupação começou em fevereiro 2019 por problemas concretos: os homens de sua família, sem emprego, recolhiam ferro, alumínio e outros materiais andando pela periferia da cidade. Entraram em um clube abandonado na expectativa de encontrar muito material, se depararam com uma alternativa de moradia. Com o passar dos meses, tornou-se muito mais que isso.

Aqui se faz necessário retomar a entrevista de Alba e Rafael. Foi ele quem teve a ideia de ocupar o lugar. Eles estavam num aluguel no bairro do Caimbé, moravam na rua conhecida por ser um ponto de prostituição das mulheres venezuelanas, pejorativamente chamadas de “ochentas”⁸. Era uma quitinete para onze pessoas – a essa altura Esperanza já estava no Brasil com os familiares que os quatro deixaram na Venezuela. Todos dormiam no mesmo quarto. Além

8 O termo “ochenta” refere-se ao valor cobrado pelo programa (oitenta reais), enquanto

de apertada, a casa era muito quente. Um único ventilador não dava conta de todos. A estratégia era acordar de madrugada e tomar um banho para diminuir o suor e o calor. O proprietário queria despejá-los, os aluguéis estavam caros e estava difícil encontrar um espaço que coubesse tanta gente. Eles contam:

R: “Eu trabalhava com um carrinho recolhendo ferro, plástico, alumínio pelas ruas.... cobre, tudo. Estávamos andando pelas ruas aqui perto. Aqui atrás tinha um outro portão, nós fechamos. Nós entramos por esse portão para pegar ferro, madeira aqui dentro. Vimos que isso aqui tava tudo sozinho, não tinha ninguém. Isso aqui era muito diferente, tudo que você vê aqui não tinha, esses barracos todos não estavam aqui.”

A: “De tudo o que tem aqui agora, só o que foi feito de cimento que estava.”

R: “Não tinha nada além de muito lixo. Nos metemos aqui para conseguir ferro, não conseguimos nada de ferro, mas vimos o espaço todo. E ficamos pensando que se esse espaço estava sozinho, porque não invadirmos? Nós podíamos limpar. Na noite seguinte nós viemos para cá, com medo do que podia acontecer com a gente porque aqui a noite era muito escuro.”

Rafael, Alba e sua família entraram no terreno em fevereiro de 2019. Eu perguntei como foi o processo de ocupação, o que eles encontraram e quais eram seus medos. Rafael me respondeu que:

R: “Um dia chegamos aqui de noite, não tinha luz, não tinha nada, trazendo tudo que era nosso. Um monte de colchonete, nossas coisas... aí onde tem essa vendinha era onde nós dormimos. Nós colocamos o colchão aí e dormíamos todos juntos. Aqui de noite tinha muita gente que vinha consumir droga. As pessoas disseram, os brasileiros mesmo, que aqui era um lugar onde estupravam pessoas, como era muito escuro também tinham várias pessoas que roubavam por aqui por perto... disseram que matavam gente aqui. A gente não sabe se é verdade ou mentira, mas foram os próprios brasileiros daqui que falaram pra gente. Desde que chegamos aqui, nós buscamos as maneiras para limpar o espaço.”

A: “Antes da gente vir para cá, ele e meu filho ficaram sozinhos aqui durante 15 dias limpando tudo, sozinhos.”

R: “Nós saímos, comprávamos comida, montamos um fogão para fazer comida, conseguimos panela, garfo, colher, tudo. Comprando comida e cozinhando aqui mesmo, limpando tudo. Pegando ferro na rua para conseguir dinheiro e limpando aqui. Quando um saía para buscar ferro, o outro ficava limpando. Graças a Deus nós encontramos

as brasileiras costumam cobrar cem reais.

esse lugar, deixamos tudo limpo, aqui pega muito vento, é bom de ficar. Aqui a gente vive numa tranquilidade. Foi bom que chegaram outras pessoas, nós dizíamos que aqui era muito grande só pra gente. Praticamente viemos para cá porque não tínhamos dinheiro para pagar outro lugar, no lugar que estávamos já iam nos expulsar. Viemos pra cá tentar a sorte, porque podia ter acontecido alguma coisa com a gente aqui, mas graças a Deus nunca aconteceu nada. Decidimos fechar o outro portão, nós dormíamos aqui nesse círculo onde os Eñapa estão agora. E passavam brasileiros, passava um monte de gente e vendo a gente dormindo. De manhã passavam pelo o outro portão para sair por este e nós ali dormindo. Então decidimos fechar aquele e ficar só com esse aqui da frente. Com o passar do tempo as pessoas que vinham aqui consumir drogas já não vinham mais. Às vezes a noite se escutava carro passando aqui por dentro, depois que fechamos o portão, já não acontecia mais.”

Enquanto estiveram no terreno sozinhos, os vizinhos adoravam os imigrantes, diziam que era uma coisa boa que eles estivessem ali porque afastava as pessoas que procuravam o local para cometer crimes. Tirando as pessoas da vizinhança, Rafael e sua família não recebiam a ajuda de ninguém, até que:

“Um dia chegou o policial com os indígenas, que eles estavam vivendo num terreno privado lá perto da Pintolândia. Aí eles vieram para cá ver o espaço e decidiram que iam ficar aqui. Eles conversaram com a gente, disseram que estavam sendo expulsos da ocupação onde estavam e que queriam ficar aqui porque a época das chuvas estava chegando e eles não queriam ficar pelas ruas. No início eram 150 indígenas, depois que começaram a vir os outros. Aos poucos foram chegando também os outros venezuelanos, fazendo casa por casa” (Rafael, 23 anos, chegada em 2018).

A chegada dos indígenas trouxe consigo diversas instituições e com isso a necessidade de se organizar coletivamente. Em uma reunião entre indígenas e criollos, eles decidiram nomear o acampamento de Ka Ubanoko que, na língua Warao, significa “um lugar para dormir”. Aos poucos aquilo que era uma possibilidade de moradia foi ganhando novos contornos e novos desafios. Em janeiro de 2020, quando fizemos a pesquisa de campo, o terreno dividia-se entre 470 criollos e 439 indígenas.

Seguindo o pensamento de Rita Segato (2012), podemos entender a ocupação como um entre-mundos, onde de um lado se tem a autonomia e os vínculos e por outro o Estado, as separações e o dinheiro, onde o tempo inteiro é negociado e habitado pelos/as ocupantes.

Na relação com as instituições e o Estado, nos parece que para os/as ocupantes de Ka Ubanoko pouco importa se são ligadas à religião, ao governo ou à uma agência internacional. O que interessa é que, na verdade, é através delas que várias de suas necessidades materiais imediatas serão realizadas. Em todas as

atividades que envolvem alguma instituição, as lideranças tentam cooptar o maior número de pessoas possíveis para participar. Trata-se de uma estratégia de demonstração de interesse da população que pode se reverter em mais projetos e instituições lá dentro. Inclusive, a relação com as ONGs, agências internacionais e organizações religiosas foi um dentre os vários processos que culminaram na criação dos comitês e no engajamento de mais pessoas na organização da ocupação.

Então, a presença das instituições é positivada pelas próprias lideranças. Luna as procura constantemente com demandas de ajuda com a obra de infraestrutura da futura escolinha das crianças, quando os problemas da ocupação estão fugindo de sua jurisdição ou quando precisam de dinheiro para comprar brinquedos para serem distribuídos para as crianças no natal. São as instituições que possibilitam o acesso ao mundo do dinheiro, das mercadorias, mas também dos direitos, ainda que parcialmente, mas que é bem mais do que eles vivenciaram sem este contato. Afinal, ao chegar no Brasil, eles/elas estão excluídos/as de tudo que envolve uma dinâmica cidadã mínima.

Para além dessa relação com as instituições, nos importa que é no interior do terreno e entre os ocupantes que os vínculos se constituem. No segundo dia de trabalho de campo, Luna, a líder geral “criolla”, me levou para conhecer o terreno. O antigo clube dos servidores é muito grande – em volta os “criollos”, no meio os indígenas. As residências se dispõem como uma vila. Já eram oitenta casas numeradas, mas a contagem precisava ser reorganizada porque novos barracos foram se formando. Essas casas são construídas com materiais, sobretudo a madeira, encontradas na rua ou reutilizada de construções passadas. Poucas famílias moram em estruturas de tijolo.

Josy e o esposo dormiram dois meses numa barraca de camping antes de conseguirem construir sua casa. Todos os dias saindo andando pelas ruas em busca de madeira. “Andávamos longe. Onde passávamos e víamos madeira, nós perguntávamos: moça, eu preciso dessa madeira. Você pode dar para mim? E assim fomos. Nós compramos algumas telhas, outras nos deram. Assim compramos as coisas aos poucos. Essa mesa foi ele que fez”, ela me conta orgulhosa. A Luna vive no que, em outros tempos, provavelmente, foi uma cantina. Há banheiro e pia, uma “janela” bem grande que ela tampa com móveis e uma tela. Por dentro, tinham duas camas grandes, armários, e no canto, na frente da “porta”, que na verdade é uma cortina, do banheiro, uma pia e fogão que eram como a cozinha. No banheiro não tinha luz, nem box. Era só o vaso e uma torneira com baldes embaixo. A família de Esperanza habita os fundos do acampamento, também numa parte de estrutura.

Os/as moradores/as se empenham em deixar os barracos com a aparência de um lar por dentro e fora. As casas são pintadas, tem jardim, vasos improvisados de garrafas pets, varanda etc. A primeira vez que eu fui na casa de Marisol foi para comer empanadas. O chão é de terra. Algumas paredes são de madeira e outras de estrutura. Tudo é improvisado. Não tem pia na cozinha, nem no banheiro. O

banho é de balde. O seu quarto é separado da sala por um tapete pendurado no teto, fica de frente para cozinha e não têm porta. O outro quarto, dos filhos, foi onde a casa começou. As meninas dormem numa cama de casal e o menino num colchão de solteiro, ambos protegidos por um mosquiteiro. Muitas das coisas que eles têm hoje foram presentes. A televisão foi encontrada na rua, toda desmontada, eles levaram na oficina da ocupação e o rapaz conseguiu consertar. Poucas coisas eles foram comprando aos poucos. Na parede, vários quadros e objetos de decoração encontrados na rua.

O elemento que todos os tipos de casa carregam em comum é a fé. Um certo dia eu andava pelo terreno, estava anoitecendo e um homem com uma bíblia rezava, num espaço vazio numerado como “21”, umas tábuas de madeira. Ele não era o dono daquele futuro barraco, foi chamado por uma família venezuelana que construirá sua casa nesse local. A fé, num sentido espiritual, é bem forte. Muitos ocupantes têm religião, existe um comitê só para essa temática. Porém, como já falamos quando analisamos a dimensão da travessia, a fé aqui é um sentido ainda mais amplo. A fé de que os sacrifícios que estão sendo feitos valerão a pena, a fé de que vão conseguir um trabalho, de que vão conquistar uma vida melhor. A fé de que eles são uma comunidade. A mãe da Luna, Josy, chama a ocupação de Pequena Venezuela.

A parte dos fundos do acampamento ainda tem bastante mato, lama e lixo. Aos poucos eles seguem limpando. Todas as tarefas do terreno eles procuram organizar mutirões, envolver o máximo de pessoas possível. A ideia, depois, é fazer uma horta comunitária onde possam plantar. Alguns homens que compõem a liderança da ocupação estão fazendo um curso de agricultura com o objetivo de colocar a plantação em prática. Esse empenho em aprender novas coisas e atuar na ocupação vai dando sentido a sua própria vida e a vida comunitária.

Quando estávamos retornando para a frente do terreno, eu me dei conta de que há todo um comércio dentro da ocupação: são diversas placas de “temos cigarro”, “vendo dindin” (sacolê), tem a vendinha de gelo, uma oficina onde se conserta bicicletas e eletrodomésticos, um pequeno mercadinho, uma barbearia. Esses pequenos comércios são tão importantes para a existência das pessoas que há na ocupação um comitê específico para os empreendimentos.

O quintal de Luna abriga o local de trabalho dos comitês, das mulheres empreendedoras e a futura escolinha das crianças. São várias cadeiras infantis que diariamente precisam ser arrumadas de acordo com o que acontecerá nesse local. Em dias de palestras e conversas, todas as cadeiras ficam dispostas em roda. Nos horários de empreendimento, elas ficam num canto, dando espaço para mesas de plástico e os instrumentos de trabalho. No total, são 13 instâncias organizativas da Ocupação: são 12 comitês temáticos, além da coordenação⁹.

Nos espaços comuns da ocupação há muitas crianças. Elas são a maioria dentre

9 O tema são: alimentação, criança e adolescente, cultura, educação, empreendimentos, esportes, infraestrutura, limpeza, mulheres, religião, segurança e saúde. As lideranças foram

os ocupantes. Elas andam sozinhas pelos terrenos, elas correm, brincam, já tem os seus próprios espaços de sociabilidade.

A vida no acampamento exige uma capacidade imaginativa para reaproveitar o que é encontrado na rua. Essa imaginação, entretanto, não se restringe as crianças. Afinal, não existe fazer-se existente sem sonhos, sem projetar o futuro, sem imaginar novas vidas. Por todo terreno é possível ver objetos e sucatas sendo reutilizados de forma peculiar. Engradado de cerveja vira banco, vaso sanitário é utilizado como vaso de plantas, tubo de plástico converte-se em puxador de gaveta. Em uma noite, meu chinelo se rompeu. Rapidamente eles encontraram um prego e colocaram embaixo da sola para prender para as tiras. Eu o usei assim a viagem quase toda. Também se vê muitos fogões improvisados com latas de tinta e tijolo, onde é possível utilizar a madeira como combustível. Um botijão de gás custa em torno de R\$80,00 (USD 14).

A água da torneira, por exemplo, vem do rio e dizem que é própria para consumo. É assim que os moradores da ocupação a consomem. Como faz muito calor, e a água acaba saindo um pouco quente, é comum os que têm geladeira colocarem uma garrafa de 2l cheia de água para gelar até ficar uma crosta de gelo bem grossa, que vai se desfazendo enquanto a água é compartilhada com os outros. Várias vezes a água acaba antes do gelo se desfazer totalmente e assim vão enchendo de novo e mantendo a água gelada. Toda a sociabilidade vai sendo construída com o improviso e o compartilhamento desses saberes num contexto pouco monetizado.

Com a falta de dinheiro e de trabalho, a potência imaginativa e a vontade de fazer dar certo tornam-se a própria vida da ocupação. Senhor Ricardo, o marido de Josy, me contou que quando ele não está fazendo nenhuma diária, ele passa o tempo consertando coisas dentro da ocupação. Essa atitude vai criando toda uma sensação de reciprocidade, de fazer algo para tornar o terreno melhor também. Dependendo das tarefas a serem executadas, pessoas diferentes vão sendo acionadas e se colocando à disposição para contribuir. O tempo ocioso passa a ter sentido.

No acampamento existem diversas normas de convivências que foram estabelecidas pelos “criollos” e pelos indígenas. Isto reforça o sentido de comunidade tanto pelo que mostra de imediato quanto pelo que só apareceu para mim depois de um tempo: há uma evidente e afirmada disposição das pessoas na ocupação de regular a vida comum e na medida em que vamos nos envolvendo percebemos também que as regras buscam responder a conflitos muito profundos que existem em qualquer comunidade e que se não forem resolvidos podem até mesmo inviabilizar a vida coletiva na Ocupação.

O tempo livre na ocupação é preenchido com reuniões, com o cuidado com as crianças e os idosos, com a recepção das instituições, mas também com festas.

estabelecidas de forma voluntária. Vale destacar que a criação de cada comitê se desenvolveu a partir da complexidade de cada tema e também conforme questões concretas iam aparecendo no terreno da ocupação.

De novo o *fazer-se existente* se manifesta. O tempo livre poderia ser uma fonte de angústia para aquelas pessoas, sobretudo porque existe por causa da falta de emprego. Contudo, ele é experimentado como a possibilidade de se engajar na ocupação. Ou de ficar na vendinha de gelo conversando. Ou de buscar na rua de trás uma sacola de “ponsigue” (no Brasil, essa fruta se chama jujuba) que vai ser dividida entre os ocupantes. Ou até mesmo para organizar celebrações. É um tempo livre que produz afetos e sentido.

O cuidado com o outro, o celebrar, sentir o corpo, o dançar é desejo de vida e de existência. E assim a vida na ocupação vai dando sentido para o tempo livre resultante da falta de trabalho aqui no Brasil. Mais do que isso, vai se costurando um território de existência, onde sua autonomia é resguardada. Os e as ocupantes sabem que a qualquer momento aquele terreno pode ser retomado pelo Estado, contudo, diante da possibilidade de viver entre despejos ou num abrigo, a ocupação torna-se a opção mais estável. E eles, sobretudo elas, lutam para ter sua permanência ali legitimada.

Nesse ponto, as formulações de Silvia Federici sobre os processos de resistência em tempos de crise são muito férteis para as nossas reflexões. A ideia do comum, para a autora, evoca a imagem de uma intensa cooperação social na “produção de nós mesmos como um sujeito comum” (Federici, 2018, p. 317). A noção de cooperação e responsabilidade perpassa pela relação de uns com os outros, pela terra, pela floresta e os animais. Para garantir nossa reprodução, “comuns” devem envolver uma “riqueza comum”, na forma de recursos naturais ou sociais compartilhados.

Essa discussão nos interessa porque as práticas cotidianas no interior da ocupação se dão de forma similar. Ka Ubanoko, assim como os comuns de Federici, é uma relação social. Foi criado para ser um espaço de sobrevivência, que permitisse aos imigrantes fugir do aluguel e dos abrigos. Mas, na medida em que o espaço se consolidava, analisamos que foi se transformando em um caminho possível para o que a Federici entende como comum. Várias de suas práticas e sociabilidade apontam para um território autônomo e de recuperação do controle sobre as condições de reprodução e como alternativa ao processo de “cercamento” que o abrigo representa. Trata-se de uma sociedade auto-organizada para garantir, não uma igualdade abstrata, mas as necessidades e os desejos das pessoas. Por isso, o acampamento é construído sob a solidariedade coletiva e não princípios competitivos.

É nesse sentido que podemos entender Ka Ubanoko como uma nova territorialidade e forma de resistência. As práticas de homens e mulheres dentro do espaço da ocupação vai tornando o que antes era uma possibilidade de moradia e de sobrevivência em algo ainda mais potente: uma ruptura com a lógica da necropolítica da fronteira e constituição de um *fazer-se existente*. No dicionário português, existência significa: modo de viver; ação de se fazer presente; ação de permanecer vivo. É exatamente as práticas e afetos de homens e mulheres no terreno da ocupação e todas suas relações, festa, dança, o futebol e até mesmo

os conflitos que vão dando contornos para um território de existência, onde os ocupantes têm sua autonomia coletiva e individual resguardada.

O empenho em fazer Ka Ubanoko dar certo transformou-se na feitura da existência dos/as próprios/as imigrantes em território brasileiro. Diante do desemprego, da falta de dinheiro e da xenofobia, eles e elas vão criando estratégias de tornar a vida vivível, o que produz também novos sentidos ao processo migratório, ao tempo ocioso e a própria vivência.

É preciso enfatizar que isso não significa dizer que não haja contradições e conflitos na organização do terreno, muito menos queremos aqui romantizar a vida no acampamento, que é permeada de problemas (dificuldade de acesso a água potável e saneamento básico; alagamentos; infraestrutura precária; entre outros). As dificuldades de produzir uma vida compartilhada – muito diferente daquela que eles tinham na Venezuela – acarreta também sentimentos de insatisfação e aborrecimento. Entretanto, nosso ponto fundamental é que a ocupação é uma afirmação do direito de existir das pessoas migrantes feita por elas próprias. É necessário, então, continuar acompanhando os desdobramentos sociais no interior do terreno para saber se nossa suspeita se confirma. E é exatamente isso que nós pretendemos fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo buscamos analisar a experiência da Ocupação Ka Ubanoko em Boa Vista (RR) como uma nova territorialidade e forma de resistência a partir dos desdobramentos do recente corredor migratório entre Venezuela-Brasil e da necessidade de enfrentar os dispositivos de controle que o Estado brasileiro impõe a este crescente fluxo.

Os relatos de campo apresentados na primeira seção trazem à tona as diversas dificuldades que se apresentam na travessia: falta de dinheiro; riscos de doenças; exposição a violências; a regulação migratória na fronteira, entre outros. Mas também a construção de pontes e de laços de solidariedade entre os próprios imigrantes e com os vários brasileiros que os ajudaram para que chegassem em seu destino final.

Em seguida, apresentamos o que estamos chamando de prisão-em-movimento como um processo político de crescente controle da mobilidade dentro e fora do Estado, reconfigurando fronteiras e produzindo novas formas de contenção. No caso brasileiro, pensamos os abrigos da Operação Acolhida como o espaço de confinamento. Contra essa necropolítica da fronteira emergem modos de resistir, dentre os quais destacamos a ocupação Ka Ubanoko como um caminho possível para pensar as lutas migrantes em território brasileiro.

A terceira seção dedica-se então ao que estamos chamando de fazer-se existente. Trata-se de uma inventividade de formas de existência no interior

do acampamento, sempre forjando estratégias para uma vida vivível em contraposição aos métodos necropolíticos estatais e a própria precariedade da vida numa ocupação. Argumentamos que Ka Ubanoko torna-se uma nova territorialidade e forma de resistência.

Por fim, a Ocupação Ka Ubanoko tem sofrido ameaças de despejo por parte da Operação Acolhida no meio da pandemia da Covid-19. O exército e as organizações da sociedade civil apresentam como alternativas: 1) os abrigos; 2) a interiorização¹⁰ e 3) um auxílio aluguel por alguns meses. Este fato reforça o nosso argumento da forma-ocupação como uma territorialidade que enfraquece a prisão-em-movimento e, por isso, precisaria ser desfeita. Caso isso ocorra, seguiremos acompanhando as estratégias elaboradas pelas criollas/os e indígenas para (re)feitura de seu fazer-se existente entendendo que eles vivem um processo de lutas que é um terreno aberto para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Lila. (1996). “Writing against culture”. *Recapturing Anthropology: Working in the Present*. School of American Research Press. pp. 137-162.

AGIER, Michel. (2006). “Refugiados diante da nova ordem mundial”. *Tempo Social*, v. 18, n.2, p. 197-215. Obtido em <https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>

CASTRO, Mariana. (2020). “Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana.” *Mural Internacional*, v. 11, e48787. DOI: 10.12957/rmi.2020.48787

DAS, Veena. e POOLE, Deborah. (2008). El estado y sus márgenes: etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, v. 27, p. 19-52.

DOMENECH, Eduardo. (2013). “Las migraciones son como el agua”: Hacia la instauración de políticas de “control con rostro humano”. La gobernabilidad migratoria en la Argentina. *Polis [online]*. vol. 12, n. 35, pp. 119-142. DOI: <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682013000200006>

FEDERICI, Silvia. (2018). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo, Brasil: Editora Elefante.

MBEMBE, Achille. (2019). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. São Paulo, Brasil: n-1 Edições.

PAEZ, Thomas. e PENALVER, Leonardo Vivas. (2017). “The Venezuelan Diaspora, Another Impending Crisis?”. *FreedomHouse*, p. 2-32. DOI: 10.13140/RG.2.2.17819.87843

10 A interiorização – junto com abrigo e ordenamento de fronteira – é um dos pilares da Operação Acolhida. Seu objetivo é a transferência de migrantes venezuelanos/as para outros estados do Brasil e o apoio em sua inserção social no país. Atualmente, o governo brasileiro tem expandido e acelerado os processos de interiorização.

SEGATO, Rita Laura. (2012). “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”, *e-cadernos CES [Online]*, v. 18. Obtido em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>. DOI: <https://doi.org/10.4000/eces.153>